

DOI: 10.20435/multi.v28i68.3869

Recebido em: 19/11/2022; aprovado para publicação em: 04/01/2023

**Violências de gênero em relações íntimas de afeto:
considerações sobre efeitos psicossociais entre universitárias**

***Gender violence in intimate relationships of affection:
considerations of psychosocial effects among university
women***

***Violencias de género en las relaciones íntimas de afecto:
consideraciones sobre los efectos psicossociales entre las
estudiantes universitarias***

Natália Borges dos Santos¹
Giovana Ilka Jacinto Salvaro²

¹Graduada em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Psicóloga clínica. E-mail: nataliaborges_1998@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1609-6065>

²Pós-Doutorado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (UP), Portugal. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e dos cursos de graduação em Psicologia e Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: giovanailka@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0884-1923>

Resumo: O objetivo do estudo consiste em compreender os efeitos psicossociais da violência de gênero, no âmbito das relações íntimas de afeto, vivenciadas por universitárias. As participantes foram duas universitárias e, como técnica de pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada. As informações foram analisadas a partir da análise de conteúdo, e o processo propiciou a construção de três categorias: as participantes e os contextos das violências de gênero vivenciadas – revisitando invisibilidades e normas de gênero; efeitos psicossociais da violência de gênero durante a relação íntima de afeto; efeitos psicossociais da violência de gênero após o término da relação íntima de afeto. Como principais considerações analíticas, destacam-se situações de violência psicológica, sexual, moral e patrimonial, vivenciadas no namoro, isolamento social, adoecimento, dependência emocional em relação ao namorado e o trauma em vivenciar novamente situações de violência.

Palavra-chave: violência; gênero; universitárias; subjetividade; efeitos psicossociais.

Abstract: The aim of the study is to understand the psychosocial effects of gender violence in the context of intimate relationships of affection, experienced by university women. The participants were two university women and, as a research technique, it was used the semi-structured interview. The information was analyzed from the content analysis and the process led to the construction of three categories: the participants and the contexts of gender violence experienced – revisiting invisibilities and gender norms; psychosocial effects of gender violence during the intimate relationship of affection; psychosocial effects of gender violence after the end of the intimate relationship of affection. As main analytical considerations, we highlight situations of psychological, sexual, moral, and property violence, experienced during the courtship, social isolation, illness, emotional dependence on the boyfriend, and the trauma of experiencing situations of violence again.

Keywords: violence; gender; university women; subjectivity; psychosocial effects.

Resumen: El objetivo de este estudio es conocer los efectos psicossociales de la violencia de género en el contexto de las relaciones íntimas de afecto que viven las estudiantes universitarias. Las participantes fueron dos estudiantes universitarias y, como técnica de investigación, se utilizó la entrevista semiestruturada. La información fue analizada a partir del análisis de contenido y el proceso llevó a la construcción de tres categorías: los participantes y los contextos de violencia de género vividos – revisando las invisibilidades y las normas de género; efectos psicossociales de la violencia de género durante la relación íntima de afecto; efectos psicossociales de la violencia de género después del fin de la relación íntima de afecto. Como principales consideraciones analíticas, destacamos las situaciones de violencia psicológica, sexual, moral y patrimonial vividas en el noviazgo, el aislamiento social, la enfermedad, la dependencia emocional del novio y el trauma de volver a vivir situaciones de violencia.

Palabras clave: violencia; género; estudiantes universitarias; la subjetividad; efectos psicossociales.

1 INTRODUÇÃO

As violências contra mulheres, como violências de gênero, são tratadas como violações dos direitos humanos e, no Brasil, pela articulação de movimentos feministas e de mulheres, foram problematizadas e denunciadas, culminando na criação de estratégias e de legislações com o objetivo de coibi-la em suas diferentes formas, assegurar direitos, promover uma sociedade igualitária para todas/os. No entanto, mesmo diante de importantes e constantes mobilizações coletivas, lutas, enfrentamentos e aportes legislativos, cotidianamente, são observadas dificuldades que se refletem na repetição de violências contra mulheres, na esfera doméstica e familiar, em relações íntimas de afeto ou em outros contextos relacionais.

As violências contra mulheres são sustentadas por culturas violentas, marcadas por desigualdades de gênero e naturalizadas socialmente. Em muitas situações, as mulheres são invisibilizadas, silenciadas, culpabilizadas e sofrem prejuízos psicossociais. Por tais motivos, considera-se relevante intensificar estudos que possam contribuir para a análise dos efeitos psicossociais vivenciados por mulheres em situações de violência de gênero. Especificamente, no presente artigo, buscou-se compreender efeitos psicossociais da violência de gênero, no âmbito das relações íntimas de afeto, vivenciados por universitárias.

Concebe-se a violência de gênero como um fenômeno complexo, experienciado em processos psicossociais marcados por condições que podem potencializar a denúncia e a quebra de ciclos ou fortalecer a ótica de impunidade. No campo de estudos da psicologia, em interlocução com outras áreas do conhecimento, argumenta-se sobre a necessidade de compreensão acerca de como a violência de gênero produz efeitos na constituição da subjetividade de universitárias, como forma de promover reflexões sobre situações vivenciadas e, historicamente, invisibilizadas. Como será demonstrado, trata-se de uma temática que requer estudos continuados, sobretudo, pela identificação de violências que se entrecruzam e se repetem, limitando formas de existência.

Após essa breve introdução ao tema e ao objetivo do estudo, ao longo do texto, são abordados aportes para discussão sobre a violência

de gênero em relações íntimas de afeto e constituição de subjetividades, os procedimentos metodológicos, as categorias analíticas construídas e as considerações finais.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM RELAÇÕES ÍNTIMAS DE AFETO E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES: ALGUNS APORTES TEÓRICOS E NORMATIVOS PARA A DISCUSSÃO

Na sociedade atual, é de fácil visualização que a problemática da violência assola em geral a população brasileira e se torna praticamente impossível não verificar, diariamente nas notícias, casos e mais casos de mulheres que vivenciam ou vivenciaram diferentes situações de violência. Ressalta-se que a violência contra as mulheres configura em violência de gênero e é um problema de segurança e saúde pública no Brasil (BUENO *et al.*, 2021).

Dados mundiais indicam que 30% das mulheres admitem ter vivenciado um relacionamento com a presença de alguma forma de violência advinda de parceiros e que 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por seus companheiros masculinos (OPAS; OMS, 2022). No Brasil, tal contexto não é diferente, e estimativas apontam altos índices de casos de violência. Durante a pandemia de covid-19, no ano de 2021, em termos gerais, 17 milhões de mulheres sofreram violência de gênero (BUENO *et al.*, 2021). Destaca-se que, em uma sociedade tão marcada pela violência contra mulheres, as violações independem de aspectos sociais, econômicos e educacionais.

Conforme apontam estatísticas, as mulheres são as que mais sofrem com violações de direitos, demonstrando que se trata de um fenômeno antigo, banalizado e normatizado por parte da população (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008; SANTOS *et al.*, 2019). Esforços das lutas de movimentos feministas e a criação de tratados internacionais das Nações Unidas apresentaram visibilidade aos problemas que envolvem a violência de gênero, que é entendida como uma discriminação que afeta a qualidade de vida das mulheres, tendo em vista que gera sensação de insegurança, medo, causa sofrimentos físicos, mentais, sexuais, coerções e outras maneiras de privação à liberdade (BARSTED, 2006).

A violência contra mulheres como violência de gênero expõe relações desiguais de poder e requer a compreensão do próprio gênero como constituinte das relações sociais. A definição de gênero apresentada por Scott (1995) vem ao encontro da análise que se busca construir, na medida em que articula duas proposições, respectivamente, nos âmbitos da constituição de relações sociais e das relações de poder, de modo a estruturar a percepção e organizar, de forma material e simbólica, aspectos psicossociais da vida dos sujeitos. A primeira proposição inter-relaciona símbolos, conceitos normativos, aspectos políticos e a identidade subjetiva; na segunda, o gênero implica relações de poder, responsáveis por desigualdades recorrentes e persistentes na sociedade.

Pela compreensão do gênero na análise da violência doméstica e familiar contra as mulheres em relações íntimas de afeto, observa-se que, apesar das mobilizações de lutas feministas, criação de tratados internacionais e legislações, a violência continua a persistir e a se manifestar de diferentes formas. No Brasil, a criação da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, buscou consolidar estratégias de prevenção, assistência e proteção para as mulheres, articulando as três esferas do poder brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário (BANDEIRA, 2014). A Lei 11.340/2006 institui que a violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão, com base no gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, bem como aponta que a violência pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica, familiar e/ou em qualquer relação íntima de afeto; dentre os tipos de violência, a legislação tipifica a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral (BRASIL, 2006).

A criação da Lei Maria da Penha introduz uma profunda mudança de paradigma nos processos de elaboração e proposição feminista, traz inovações jurídicas pela proposta de tratamento e atendimento aos casos de violência doméstica e familiar, que estão orientadas por uma ótica integrativa, intersetorial e interdisciplinar (CAMPOS, 2017). Mesmo com aportes que garantem direitos a mulheres que vivenciam uma situação de violência, muitas são as limitações que a Lei 11.340 enfrenta. Implicações da falta de concretude dos direitos das mulheres, derivadas da ausência das

perspectivas de gênero, contribuem para que crimes envolvendo violência de gênero sejam menosprezados, não investigados ou sofram com inversões de ônus da prova no âmbito da lei (CASTILHO; CAMPOS, 2018). A aplicação parcial da Lei 11.340/2006, o descumprimento de políticas preventivas e assistenciais, a precariedade na atuação jurisdicional nos casos de violação, conforme as autoras Ela Castilho e Carmen Campos (2018), reflete em uma cultura pautada na violência contra as mulheres, que não as respeita como pessoas de direitos.

Quanto às constituições de subjetividades em relações de gênero e de violência de gênero, de acordo com a perspectiva que fundamenta o presente estudo, é fundamental atentar para dimensões histórica e social. Conforme González Rey (2005), a subjetividade é histórica, pois sua constituição reflete na síntese de sua história pessoal e singular; social, porque a vida se desenvolve em sociedade. Logo, na mesma direção teórica, a subjetividade é constituída por dois elementos principais: a subjetividade individual constitui sentidos subjetivos atribuídos por cada sujeito a situações vivenciadas; a subjetividade social constrói sistemas de significados, que são construídos nos espaços de diálogo e dizem de produções coletivas.

No estabelecimento da relação sujeito e sociedade, a subjetividade individual evidencia a forma como o sujeito atua no próprio contexto e, assim, na construção da sua subjetividade individual se constrói a social. As ações do indivíduo na vida em sociedade se constituem como um dos elementos essenciais para as transformações da subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2005).

O contexto é essencial na construção da subjetividade, visto que é nas e pelas situações vivenciadas que é possível se visualizar as diferentes formas de singularidades. Quando se trata das situações de violência contra mulheres, é central considerar seus efeitos na constituição de sujeitos e de subjetividades. Ao estar presente nas relações subjetivas estabelecidas entre os sujeitos, a violência é constituinte da subjetividade social e, conseqüentemente, da subjetividade individual. Portanto, as situações de violência produzem efeitos psicossociais e prejuízos para quem a vivencia.

O estudo realizado por Silva, Alípio e Moreira (2016) apresenta que, dentre os tipos de violência mais identificados pelas mulheres, destacam-se,

ordenadamente, a física, a psicológica e a sexual, a patrimonial e a moral. O uso de álcool e outras drogas, as relações de poder e o ciúme excessivo do parceiro se mostraram como fatores desencadeantes de situações de violência (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013).

Estudos nacionais e internacionais apontam que a violência de gênero ocorre no ambiente de ensino superior, sendo mulheres as que mais vivenciam situações de violência nele; entre os tipos de violência, destacam-se a psicológica, sexual, moral e a física (INSTITUTO AVON, 2015; BUSTAMANTE, 2019). Referente à violência vivenciada pela população universitária, trabalhos na temática apontam características específicas das vivenciadas por esse público. Os tipos de violência mais identificados perpassam pela violência psicológica, sexual e física, mas é possível visualizar a associação de diferentes tipos de violência (ZOTARELI *et al.*, 2012; FLAKE *et al.*, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentado como trabalho de conclusão de curso de Psicologia, o estudo foi realizado no decorrer do 2º semestre de 2021 e 1º semestre de 2022. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e de natureza aplicada. A pesquisa teve como população universitária mulheres a partir dos 18 anos de idade, que vivenciaram situações de violência de gênero, no âmbito das relações íntimas de afeto. A escolha do critério de idade ocorreu, pois, em sua maioria, as pessoas ingressam como estudantes no ambiente universitário a partir dos 18 anos de idade. Em prol do fato de que muitas mulheres que vivenciaram situações de violência têm dificuldade de falar a respeito do que experienciaram com familiares ou responsáveis, aliado ao sigilo quanto à identidade das participantes, optou-se por realizar este trabalho com o público que atingiu a maioridade. Não delimitar uma idade máxima específica teve como intuito abranger estudantes de diferentes faixas etárias.

As participantes foram localizadas e convidadas a participar da pesquisa por meio da amostragem por acessibilidade ou por conveniência, por meio da qual “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL,

2019, p. 105). A pesquisadora lançou convites em sua rede de contato de forma não direcionada, como estratégia para não constranger mulheres e, ao mesmo tempo, possibilitar o aceite por parte das que haviam vivenciado a situação de violência em questão e que demonstrassem interesse em participar da pesquisa. Por meio do procedimento, duas mulheres universitárias aceitaram participar do estudo e estimou-se, com as participações, propiciar a construção de um estudo qualitativo, com potência para produzir reflexões e conhecimentos a fim de contribuir para a compreensão da violência. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Humanos (CEP) da universidade de origem das pesquisadoras.

De forma mais detalhada, as participantes, referenciadas por meio de nomes fictícios (Luiza e Alice), e os contextos que envolveram as situações de violência vivenciadas foram descritos na análise. As participantes eram estudantes de uma universidade localizada no extremo sul catarinense. Tinham 22 e 34 anos, respectivamente, cursavam graduação na área da saúde e vivenciaram situações de violência em seus relacionamentos íntimos de afeto.

Para realização da pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, desenvolvida com foco nos objetivos do presente trabalho. O roteiro foi elaborado com perguntas que possibilitaram o direcionamento de conteúdo, pela participante, como forma de não provocar situações de constrangimento e/ou invasivas. Quanto à análise, foi utilizada a abordagem Análise de Conteúdo (AC), de acordo com González Rey (2005), que representa um momento de análise a respeito do processamento das informações, correspondendo a construção de um sentido pela perspectiva teórica do/a pesquisador/a junto ao acompanhamento e parte da qualidade das informações que emergem no desenvolvimento da pesquisa.

Na construção do processo de análise, conforme propõe González Rey (2005), pela análise de conteúdo, foram construídos indicadores, que representam categorias que facilitam compreender os complexos processos que caracterizam pesquisas desenvolvidas a respeito do estudo da subjetividade humana. Na pesquisa qualitativa, os indicadores, elaborados com a finalidade explicativa ao encontro do que se espera alcançar com a pesquisa, surgem com intuito de servirem como categorias, produzidas no

processo de construção do conhecimento e que correspondem aos instrumentos usados para definição de zonas de sentidos a respeito do problema de pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005).

Pela perspectiva construtiva-interpretativa, a análise propiciou a elaboração de três categorias e seus indicadores: (1) as participantes e os contextos das violências de gênero vivenciadas – revisitando invisibilidades e normas de gênero; (2) efeitos psicossociais da violência de gênero durante a relação íntima de afeto; e (3) efeitos psicossociais da violência de gênero após o término da relação íntima de afeto.

4 AS PARTICIPANTES E OS CONTEXTOS DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO VIVENCIADAS: REVISITANDO INVISIBILIDADES E NORMAS DE GÊNERO

A participante Alice, na ocasião da entrevista, tinha 34 anos, era casada, sem filhos e não exercia atividade remunerada. Possuía ensino superior completo e cursava graduação na área da saúde. A violência vivenciada por Alice aconteceu quando fazia sua primeira formação. Já Luiza, no momento da entrevista, estava com 22 anos, namorava, não tinha filhos, não exercia atividade remunerada e cursava graduação na área da saúde. As situações de violência vivenciadas por Alice e Luiza ocorreram em uma relação de namoro. Ao serem experienciadas em seus primeiros relacionamentos afetivos, as violências constituíram sentidos que tiveram um papel essencial na construção da subjetividade de cada uma e no modo como interagiram e interagem com outras pessoas. Como ambas vivenciaram as violações no primeiro relacionamento, quando eram mais jovens, associaram à pouca idade, à imaturidade da época e à falta de preparo para lidarem com as situações de violência.

As violências se expressam de diferentes formas. Ao se utilizar da Lei Maria da Penha, n. 11.340, de 2006, para o entendimento dos tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, observa-se que, dentre esses, são considerados a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006). As situações de violência vivenciadas pelas participantes configuraram a apresentada na legislação, pois ocorreram em uma relação

íntima de afeto. Os tipos de violência identificados foram a sexual, a psicológica, a moral e a patrimonial. Estes tipos vão ao encontro do apontado em estudos sobre o tema (ZOTARELI *et al.*, 2012; FLAKE *et al.*, 2013).

A violência sexual foi identificada no relato de Alice, quando descreveu que foi obrigada a ter relações sexuais com seu namorado, várias vezes, mesmo quando não queria. Segundo Moreira, Boris e Venâncio (2011), a violência sexual é entendida como uma maneira de fazer com que o(a) outro(a) pratique atos sexuais contra a vontade, podendo ocorrer por meio de assédio, exploração sexual ou estupro; configura-se, então, como um dos tipos de violência que as mulheres mais têm dificuldade em denunciar, especialmente, por conta do preconceito e da vergonha de exporem sua intimidade.

Ao que compete aos sentidos atribuídos à violência sexual vivenciada por Alice, observa-se que deixaram muitas marcas. Na época, acreditava que era necessário ceder, mesmo não querendo, submetia-se à figura masculina. Tal aspecto é um dos indícios de uma cultura que produz desigualdades de gênero e contribui para a naturalização da violência contra as mulheres. A construção que teve em casa, com os ensinamentos familiares, aliada à dependência afetiva do namorado, teve um impacto significativo para que a situação de violência persistisse até o fim do relacionamento. As situações vivenciadas refletem diretamente as marcas de uma cultura que reproduz violências de gênero, que descibiliza e, além do mais, culpabiliza as mulheres pelas situações de violência vivenciadas.

As participantes relatam situações de violência psicológica. Eram menosprezadas, diminuídas e manipuladas em seus relacionamentos. Com a frequência em que as situações de violência psicológica aconteciam, começaram a acreditar que realmente estavam erradas. Em ambos os casos, a violência psicológica era sutil, fazendo com que, muitas vezes, não a percebessem, e só se deram conta quando o relacionamento chegou ao fim.

A violência psicológica se constitui por comportamentos ou atitudes que se configuram em microviolências e tende a ser sutil, iniciando-se por meio de olhares de desprezo e reprovação, palavras depreciativas e, após um tempo, elevando-se a ameaças, gritos e insultos (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011); nessa forma de violência, a humilhação e os momentos

de tensão são constantes, bem como a criação de muitas inseguranças, que deixam, nas mulheres que a vivenciaram, sequelas que as acompanharão pelo resto de suas vidas.

Além das situações de violência psicológica, os relatos demonstraram violência moral no namoro. Conforme aponta a Lei 11.340, a violência moral pode ser compreendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006). Luiza relatou que, mesmo sem a presença de agressões físicas, as sutis expressões utilizadas pelo namorado a machucaram muito.

Referente aos tipos de violências, Alice apontou que vivenciou a violência patrimonial. Lembrou que pagou um curso para seu ex-namorado e que metade de seu salário era destinado a ele. Em sua narrativa, é perceptível que a violência sexual e psicológica foi acessada com maior facilidade em sua memória, sendo que o relato da patrimonial emergiu depois das anteriores, o que vai ao encontro de situações evidenciadas em outros estudos sobre o tema (SILVA; ALÍPIO; MOREIRA, 2016). O sentido subjetivo atribuído à situação demonstra que Alice não se colocava como prioridade e, na ocasião da entrevista, não conseguia entender como havia permitido vivenciar determinadas situações.

Pelos relatos das participantes, foi percebido que um tipo de violência esteve associado a outro, ponto observado em pesquisa realizada por Flake *et al.* (2013). Cabe destacar que, no momento de realização das entrevistas, as participantes já tinham a concepção de que vivenciaram situações de violência nos relacionamentos em questão. No entanto, na época, não percebiam desta forma, evidenciando uma construção cultural em que a violência é naturalizada, normatizada e invisibilizada por quem a vivencia, direta ou indiretamente.

Como consequência, as violências vivenciadas não foram denunciadas às instituições competentes. Primeiramente, os sentidos subjetivos, que construíram na época, não possibilitaram problematizar e reconhecer as situações vivenciadas como violências, o que indica sua normatização. No caso de Alice, percebe-se o aspecto intergeracional da violência em seu contexto familiar, sugerindo um sentido de normatização da violência. Para Luiza, o sentido era de que a forma como o namorado agia estava

relacionada à criação que ele teve e, mesmo que não entendesse o motivo, com o tempo, as violências foram normatizadas. Em segundo lugar, observam-se relações sociais e uma cultura que naturalizam a violência contra mulheres, reproduzindo desigualdades de gênero e contribuindo para que permaneçam nos relacionamentos. Existe uma diferença de idade entre as participantes e, mesmo assim, semelhanças podem ser identificadas diante das situações vivenciadas.

Além das situações já identificadas e analisadas, no processo construtivo-interpretativo das informações, as narrativas dizem de efeitos psicossociais experienciados durante e após vivenciarem situações de violência em uma relação íntima de afeto. Como descrito na metodologia, foram construídas duas categorias analíticas em uma perspectiva temporal distinta, as quais são abordadas a seguir.

5 EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DURANTE A RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO

As situações de violência doméstica e familiar contra mulheres deixam muitas marcas em quem as vivencia. Comumente, mulheres sofrem com efeitos psicossociais durante o relacionamento. Ao longo das narrativas, as participantes relataram efeitos psicossociais que emergiram durante o relacionamento.

O primeiro indicador construído nessa categoria remete ao isolamento social durante a relação íntima de afeto. Conforme Alice e Luiza, durante o relacionamento, o isolamento se fez presente, com o afastamento de suas amigas e pelo fato de que não podiam ter amigos homens. O isolamento social em relação a outros homens estava associado diretamente com o ciúme do parceiro. No período de namoro, visualiza-se que o posicionamento de ambas fez com que optassem por se isolar ou incluir apenas mulheres em seus círculos sociais. O sentido atribuído ao ato de se afastar das amigas sugere a necessidade de agradar o parceiro.

O ciúme excessivo por parte do parceiro compete a um fator de risco para a perpetuação das situações de violência. Nessa circunstância, o ciúme é reconhecido como prática de domínio do homem sobre a mulher,

marcando o desejo de mantê-la como se fosse de sua propriedade exclusiva, configurando-se também como um dos maiores motivos desencadeantes das discussões e utilizado como justificativa diante das agressões cometidas (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013).

O isolamento social experienciado pelas participantes em relação às amizades não ocorreu de forma repentina, mas aos poucos, de modo que, ao longo da relação, anulassem a si mesmas pelo outro. Os sentidos produzidos por ambas acerca do isolamento social, com o tempo, sofreram mudanças. No princípio, partiam da premissa de agradar o companheiro, subjugando-se para evitar discussões; porém, na medida em que se perpetuavam as violações e as proibições no relacionamento, o afastamento de amigos(as) produziu sofrimento.

Compreende-se ainda o isolamento social como uma das práticas da violência psicológica, e esteve associado com o próximo indicador, visualizado a partir dos relatos das participantes, como dependência emocional do parceiro. Conforme dito, o isolamento social foi experienciado por conta da exigência do parceiro em uma relação de dependência emocional. Aliado ao fato de não conseguirem identificar as situações de violência, tal dependência contribuiu para que permanecessem nos relacionamentos.

Para elas, o sentido do relacionamento estava na necessidade de ter o outro junto de si, mesmo que, em alguns momentos, percebessem que algo lhes fazia mal, cada uma, ao seu modo, buscava permanecer nele. A dificuldade de colocar um ponto final na relação ou aceitar o fim demonstra a dependência emocional do parceiro. O fim do relacionamento poderia significar algo muito pior do que continuar vivenciado as situações de violência. Os sentidos construídos nos relacionamentos fizeram com que procurassem se anular, viver para o outro, ignorando o que sentiam e pensavam. A relação de dependência emocional do parceiro se configurou um dos contribuintes para a perpetuação das violências vivenciadas.

Dentre os fatores contribuintes para situações de vulnerabilidade e violência, os relatos de Alice e de Luiza demonstram que a dependência emocional e afetiva contribuiu para a permanência nas situações de violência. De acordo com o relato de Alice, em vários momentos, precisou se submeter à figura masculina, associada com a ausência de apoio familiar

durante o relacionamento, e a violência doméstica e familiar vivenciada por sua mãe, de certa forma, contribuiu para sua permanência na relação e a naturalização das situações de violência.

No relato de Luiza, quanto ao apoio ou não familiar, nota-se o atravessamento da sua dificuldade, na época, de reconhecer as situações de violência. No início do relacionamento, os pais gostavam de seu namorado, no entanto, após o término, afastaram-se dele e apontaram seus defeitos, negados por Luiza. A tentativa de tentar “mascarar” a situação indica a dependência emocional e afetiva do namorado. Relatou não saber ao certo o motivo de continuar no relacionamento. No entanto, na ocasião da entrevista, associou a carência da época com a permanência.

Durante o relacionamento, em alguns casos, já é possível perceber os indícios de adoecimento, como foi visualizado no caso de Luiza, que consiste em um efeito psicossocial. O processo de adoecimento emergiu como um efeito psicossocial ao longo do período de relacionamento, pois Luiza desenvolveu depressão e ansiedade enquanto namorava. O desenvolvimento de psicopatologias aliado à dependência emocional do namorado deixou Luiza em uma situação vulnerável e, portanto, difícil de colocar um fim na relação. Porém, de certa forma, o adoecimento pode ser considerado como um agente transformador para que o sentido subjetivo diante do relacionamento seja ressignificado. A construção de um novo sentido foi essencial para que terminasse de vez a relação, na medida em que, pelo adoecimento, percebeu o mal que o relacionamento lhe fazia. O fim do relacionamento não significou que as marcas deixadas pela situação de violência desaparecessem e ambas vivenciaram outros efeitos psicossociais após o seu término, como abordado na categoria seguinte.

6 EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO APÓS O TÉRMINO DA RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO

Como primeiro indicador de efeito psicossocial após o término do relacionamento, em ambos os casos, tem-se o isolamento social, também vivenciado durante o relacionamento; porém, aqui, emerge com sentido subjetivo diferente. Para Alice, o fim da relação estava associado ao controle

de sua vida por seus familiares. Apontou que, dentre as mudanças identificadas após o fim do relacionamento, a maneira como interagiu com seus familiares mudou, em decorrência da violência vivenciada. Recordou-se de ter se afastado deles. Após o término, ouviu da mãe que era um “desgosto”, e do pai, que era “prostituta”. A ausência de apoio familiar e, ao mesmo tempo, a necessidade de lidar com o julgamento moral fizeram com que o sentido atribuído por ela, ao isolamento, correspondesse ao ato de se resguardar. Ao se dar conta da falta de apoio da família, optou pelo afastamento. Observa-se que vivenciar esse relacionamento teve um impacto direto na maneira como construiu suas relações durante e após o término da relação.

Além do mais, Alice só voltou a sair quando ressignificou a situação vivenciada. É possível considerar que o isolamento social emergiu como uma forma de evitar se abrir ao mundo, mobilizado como defesa, em decorrência do receio de vivenciar novamente situações de violência. Assim, o isolamento também está associado a outro indicador, identificado como trauma pela situação vivenciada e que será tratado logo mais. Na entrevista, Alice relatou que, após o término, reaproximou-se das amigas e recebeu apoio delas. Observa-se a atribuição de um sentido que indica a importância das amizades como rede de apoio para lidar com a situação, especialmente pela falta de apoio familiar.

No caso de Luiza, o isolamento também se fez presente após o término da relação. Com o fim do relacionamento, procurou evitar seu ex-namorado ao máximo, o que era difícil, pois ele fazia parte de seu círculo de amizades. Luiza considerou que foi excluída de muitas situações, a fim de evitar o encontro e, por isso, associou que a violência continuou após o término. O sentido que atribuiu às amizades se voltou ao entendimento de que elas são essenciais para a superação das situações de violência. No entanto, a privação do contato com amigas(os), mesmo com o fim do relacionamento, trouxe-lhe a sensação de que seguia “presa”. O término da relação não cessou a sensação de estar sozinha.

Diante do que elas foram expostas, o adoecimento esteve associado com o final do relacionamento, sendo um outro indicador construído. Alice precisou tomar medicação após o término da relação; em razão dos sintomas da época, associou-os com depressão. Já Luiza apontou que sua primeira

crise de ansiedade foi decorrente de um dos términos vivenciados. Assim como durante nos relacionamentos, o término provocou o adoecimento de ambas, com o surgimento de transtornos mentais. O fato de terem adoecido fez com que cada uma ressignificasse a situação vivenciada. O fim do relacionamento causou sofrimento e adoecimento, demandando, por conseguinte, a procura por ajuda profissional.

De acordo com os relatos das participantes, identifica-se que o fim do relacionamento produziu sentidos de insegurança pessoal e em relação a outras pessoas. Ambas desenvolveram dificuldades em estabelecer relações interpessoais, especialmente com homens. Percebe-se que problemas de autoestima e a falta de confiança em si mesmas produziram isolamento e adoecimento. Como descrito anteriormente, o trauma como um indicador está relacionado ao adoecimento e ao isolamento. O trauma produz o temor de vivenciar novamente situações de violência nas relações íntimas de afeto. Após o fim do relacionamento, ambas apontaram mudanças em vários campos de suas vidas, entre os quais, na maneira como se relacionam consigo e com terceiros. O medo de se envolver com outras pessoas e passar pela mesma situação se mostrou presente nas narrativas, mas, pelo com o temor, afastaram-se.

Os relatos indicam que os sentidos atribuídos aos relacionamentos sofreram mudanças, especialmente após o término. O que antes era de extrema necessidade, ao ponto de ambas não conseguirem visualizar o quanto o relacionamento lhes fazia mal e o desenvolvimento de dependência emocional, foi ressignificado. Para Alice, o fim do relacionamento produziu sentimento de culpa, posto que a forma como ela foi tratada por familiares representa uma cultura que invisibiliza e culpabiliza a mulher pela violência sofrida, além de que, por si só, superar o fim do relacionamento foi difícil, em decorrência dos aspectos trazidos anteriormente e da ausência de apoio familiar, dificultando ainda mais seu processo. Ao longo de sua vida, em vários momentos, foi silenciada e, com o término da relação, mudou a forma de se relacionar com a família; nota-se a mudança de concepção acerca da ideia de que necessitava se subjugar ao outro, o que provocou um afastamento da família. Começou a enxergar a si mesma como uma pessoa de direitos e que merece ser respeitada. Concernente

ao que apontou Luiza, a família teve um papel essencial após o término do relacionamento. Para ela, com o término, a família começou a agir com superproteção e tinha receio de que saísse com os amigos, pelo fato de que o ex-namorado poderia estar junto.

Em ambos os casos, as cobranças familiares em respeito a elas saírem de casa estavam presentes. No entanto, para Alice, a preocupação de sua família versava em cobrá-la a reagir de uma forma específica. A cobrança recebida para que não saísse com outros homens representa aspectos de uma construção cultural, voltada a um ideal de como uma mulher deveria se comportar socialmente. Para Luiza, o sentido em cobrá-la traz a ideia de superproteção, considerando que os pais procuravam mantê-la em casa, na tentativa de evitar que se encontrasse com o responsável pelas violências que vivenciou.

Desvencilhar-se do relacionamento foi difícil, ao ponto que, nos dois casos, foram os namorados que terminaram. No entanto, quando a relação chegou ao fim, os ex-parceiros propuseram o retorno. Alice não aceitou. Luiza entrou em uma relação inconstante. O fim da relação lhes causou muitos sofrimentos. Nas narrativas a respeito das situações de violência vivenciadas nos relacionamentos, os sentidos atribuídos pelas participantes evidenciaram sofrimentos e adoecimentos. Subjetivamente foram se constituindo, na medida em que vivenciavam relacionamentos atravessados por violências. Mesmo com o término dos relacionamentos, apontaram dificuldades em falar sobre o que vivenciaram. Verifica-se que os sentidos subjetivos produzidos nos e pelos relacionamentos violentos estão em processos de resignificação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo desenvolvimento deste trabalho, argumenta-se que analisar a violência contra as mulheres a partir das normas de gênero é essencial. A partir desta premissa, torna-se possível investigar a constituição dos modos de agir e significar dos sujeitos em uma sociedade. O estudo possibilita o entendimento da violência contra as mulheres como uma violência de gênero, que se configura como um problema de segurança e saúde pública.

Considera-se que o diferencial do trabalho está na investigação de um público específico, universitárias. Sua elaboração possibilitou dialogar com contribuições trazidas por diferentes áreas do conhecimento e com concepções importantes para o campo dos estudos sobre mulheres, no âmbito do ensino superior, que vivenciaram situações de violência em suas relações íntimas de afeto. Tendo em vista o número limitado de estudos com foco em universitárias, sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema.

Considera-se que o objetivo do estudo foi alcançado, pois se tornou possível compreender efeitos psicossociais apresentados por universitárias, durante e após a vivência de situações de violência em suas relações íntimas de afeto, que emergiram, como o isolamento social, o adoecimento, a dependência emocional do companheiro e o trauma em vivenciar novamente situações de violência.

Conforme as concepções teóricas que orientam a produção do estudo, a subjetividade é constituída nas/pelas relações sociais e vivências de cada sujeito. A elaboração do estudo mostrou que a cultura da violência de gênero naturaliza, normatiza e invisibiliza situações de violência doméstica e familiar, como demonstrado pelos sentidos subjetivos atribuídos por Alice e Luiza. A reprodução de uma cultura que maltrata tantas mulheres pode ser observada nas situações relatadas, em que se visualiza o modo como as situações vivenciadas afetaram as formas como viam a si mesmas e interagiam com outras pessoas. As consequências das violências afetaram vários aspectos de suas vidas, tais como no ambiente de trabalho, na faculdade e no convívio familiar.

Mesmo com similaridades, cada uma atribuiu sentidos e vivenciou as situações de formas distintas. Além disso, os sentidos subjetivos sofreram mudanças ao longo do tempo, pois não são imutáveis e, com a resignificação dos acontecimentos, tiveram a possibilidade de se transformar. Os sentidos são individuais e, portanto, a violência contra mulher deve ser analisada a partir de um contexto social, sem que se ignorem aspectos individuais. Por fim, espera-se que Alices e Luizas, ao redor do mundo, não sejam silenciadas nem transformadas numa triste estatística, mas possam ser ouvidas, respeitadas, tratadas como seres de direitos e tenham assegurada uma vida sem violência.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 17, p. 101-12, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/V5RjdbVjmmTbDvbqrs7zjzf/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-69, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARSTED, Leila Linhares. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares (Coord.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2006. p. 246-89. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. *Lei n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 27 ago. 2021.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina; LIMA, Renato Sérgio de. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BUSTAMANTE, Sarah Valentina Forero. Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista. *Nómadas*, Bogotá, v. 12, n. 51, p. 243-55, out. 2019. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2567-violencias-de-genero-en-las-universidades-nomadas-51/>

nuevos-nomadas-51/1044-ante-las-violencias-contra-universitarias-accion-colectiva-estudiantil-y-feminista. Acesso em: 1 out. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. *Revista Brasileira Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, fev./mar. 2017. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/778>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; CAMPOS, Carmen Hein de. Sistema de justiça criminal e perspectiva de gênero. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 146, n. 26, p. 1-26, ago. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37564472/Criminal_justice_system_and_gender_perspective_Autore. Acesso em: 2 ago. 2021.

FLAKE, Tânia Aldrighi; BARROS, Claudia; SCHRAIBERII, Lilia; MENEZES, Paulo Rossi. Violência por parceiro íntimo entre estudantes de duas universidades do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 801-16, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/XhTvkwHy3HBPIVhqrPDqJFS/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

INSTITUTO AVON. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: https://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 398-406, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE [OPAS]; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. Violência contra as mulheres. *OPAS/OMS* [online], Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 5 dez. 2022.

SANTOS, Robério Gomes dos; MOREIRA; Jéssica Gomes; FONSECA, Antônia Leyce Gonçalves da; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; IFADIREÓ, Miguel Melo. Violência

Violências de gênero em relações íntimas de afeto: considerações sobre efeitos psicossociais entre universitárias

contra a Mulher à Partir das Teorias de Gênero. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, Jabotão dos Guararapes, v. 13, n. 44, p. 97-117, fev. 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1476>. Acesso em: 3 ago. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Olga Maria Alves da; ALÍPIO, Mikaela Patrícia Pereira; MOREIRA, Lisandra Espíndula. Mulheres e violência doméstica: relato de experiência num juizado especializado. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 145-65, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2021.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100007. Acesso em: 24 set. 2021.

ZOTARELI, Vilma; FAÚNDES, Anibal; OSIS, Maria José Duarte; DUARTE, Graciana Alves; SOUSA, Maria Helena de. Gender and sexual violence among students at a brazilian university. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 12, n. 1, p. 37-46, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PdkcCtNWPnwdcWpnrBrQwmg/?lang=en#>. Acesso em: 10 out. 2021.

